

Conferência IPv6 - Diagnóstico e Perspetivas em Portugal 2016

Sessão de Abertura

Intervenção do Secretário de Estado das Infraestruturas,

Guilherme W. d'Oliveira Martins

Caros organizadores

Caros participantes

Começo por agradecer a oportunidade para vos dirigir umas breves palavras sobre a importância do IPv6 e das temáticas com ele relacionadas.

O Programa do XXI Governo Constitucional assume como uma das suas prioridades a modernização e simplificação administrativa, tendo como especial objetivo a simplificação dos procedimentos e a redução de custos de contexto, de modo a transformar o sector público num exemplo de competitividade e inovação.

Também no âmbito do Programa Nacional de Reformas, as medidas convergem para modernizar o país e para modernizar a economia, tornando-a mais digital e mais competitiva, com o grande impacto social e económico que tal acarreta.

O relançamento do programa SIMPLEX é expressão do empenho do Governo no reforço desta estratégia, através de medidas que tiram partido do potencial transformador das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e concretizando novas medidas que melhoram a qualidade de vida dos cidadãos e reduzem os custos para as empresas.

Para além das inerentes simplificações em termos dos processos, o funcionamento do programa SIMPLEX tem no entanto uma elevadíssima dependência das infraestruturas de telecomunicações, muito em particular da Internet. Sem uma Internet eficaz e acessível à grande maioria da população, garantindo continuidade de funcionamento e acesso uniforme a todos os conteúdos, independentemente do local onde o cidadão se encontre ligado, o SIMPLEX não poderá responder corretamente aos objetivos para os quais foi e continua a ser desenhado e implementado.

O acesso a infraestruturas de qualidade em todo o território, a inclusão digital e o desenvolvimento das competências digitais são condições fundamentais para as reformas estruturais do País. Sabemos que as novas tendências de negócio são alavancadas nas potencialidades da conectividade, na possibilidade de transferência de informação em real time de objetos, sensores, pessoas, cuja combinação e processamento de informação permitem antever tendências, definir correlações, estabelecer padrões e definir alertas. Isto implica mais e mais ligações à Internet num crescimento exponencial. Estima-se que no final deste ano, 2016, hajam mais de 23 biliões de dispositivos ligados à internet.

Neste contexto, é fundamental assegurar a continuidade dos serviços *end-to-end*, evitando a fragmentação da internet.

Efetivamente, como é do vosso conhecimento, a rede internet, a nível global, cresceu muito para além do imaginável quando, nos anos 90, começou a ser acessível ao grande público.

Atualmente, a economia mundial está fortemente dependente da Internet, tanto ao nível do acesso à informação, com nível do suporte aos negócios.

Por força deste desenvolvimento, que excedeu largamente as expectativas dos seus criadores, reforçado pela expectativa de crescimento no futuro próximo, o número inicial de endereços IP, necessário para identificar utilizadores, subsistemas e conteúdos, na ordem do 4,7 mil milhões, foi começando a esgotar-se nas diferentes regiões do planeta, há cerca de 5 anos. Falamos da Versão 4 do Protocolo IP, sobre a qual a rede internet se tem vindo a suportar desde que arrancou.

Para ultrapassar esta limitação, foi aprovada há cerca de 20 anos, uma nova versão do protocolo IP, o IPv6, que tem vindo a ser progressivamente adotado a nível global, e que permitirá endereçar e resolver, dizem os especialistas que de forma

definitiva, os atuais riscos de descontinuidade no crescimento e funcionamento da rede global.

A sua adoção não é todavia responsabilidade de uma única entidade. Depende, antes, da atuação concertada de todos os intervenientes que intervêm na construção, modernização, operação e utilização da rede, sejam eles utilizadores, empresas, fornecedores de conteúdos, organizações ou entidades, como as que organizam este evento que hoje se realiza e as que nele irão participar.

Sabemos que a grande maioria dos conteúdos internacionais mais visitados, como a Google ou o Facebook, já disponibilizam atualmente acessos em IPv6.

Em Portugal, felizmente, já foram dados passos significativos na implantação do IPv6 em algumas redes nacionais, e em especial do lado do dos utilizadores residenciais, conforme as estatísticas hoje

já disponíveis claramente demonstram: Portugal ocupa o 6.º lugar mundial em percentagem de acessos IPv6, logo a seguir à Alemanha.

Para que esta evolução fique equilibrada, o nosso foco terá de ser agora sobre os conteúdos nacionais, onde haverá ainda muito trabalho por fazer.

Ao contrário da tendência no acesso onde estamos muito bem classificados, no que respeita à disponibilização de conteúdos com suporte IPv6, Portugal figura num modesto 30.º.

Existe portanto aqui um risco potencial de descontinuidade na prestação do serviço ao cidadão, ao nível da conectividade “extremo-a-extremo”, o que demonstra a importância de estarmos aqui hoje, a convite da ANACOM e dos restantes organizadores, para refletir sobre este tema.

Do lado do Governo, e para o caso especial da Administração Pública, já foram dados passos importantes, dos quais destaco a obtenção de uma gama de endereços IPv6, solicitados pela eSPap, sobre a qual irão ser mapeados os diferentes serviços e organismos da nossa Administração Pública.

No entanto, tendo em conta o muito que ainda falta concretizar, permito-me deixar aqui o apelo a uma maior concentração e concertação de esforços de todas as entidades envolvidas.

Resta-me felicitar os organizadores desta conferência pela sua oportunidade e desejo a todos um excelente dia de trabalho.

Muito obrigado.